

TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS A PARTIR DA CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

Dayane Rouse Neves Sousa
Marcelo Leles Romarco de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A discussão a respeito das populações tradicionais que residem nas Reservas Extrativistas da região da Amazônia Brasileira foi inspirada a partir da experiência dos autores na equipe que participa dos trabalhos do Termo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O objetivo desse convênio é apoiar o processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioproductivo em Unidades de Conservação Federais. Essa experiência de imersão, principalmente, nas Reservas Extrativistas Riozinho da Liberdade-AC, Chico Mendes-AC, Marinha de Soure-PA e Rio Cajari-AP trouxeram alguns questionamentos sobre as populações tradicionais que residem nesses locais, fato que motivou o desenvolvimento desse trabalho ora apresentado.

Entre estes questionamentos, um que chamou atenção referiu-se às possíveis transformações ocorridas nas comunidades a partir da criação de uma Reserva Extrativista (Resex). Outra reflexão, que essas experiências trouxeram, foi pensar na contribuição que as Reservas Extrativistas exercem quando se trata da conservação ambiental desses territórios, como no caso das especificidades da Região Amazônica, visto que esta área geográfica está nas discussões relacionadas ao meio ambiente e às formas de desenvolvimento que vêm sendo promovidas nessa região, seja na esfera acadêmica, política, econômica ou dos movimentos ambientalistas e sociais. Nessas discussões, percebe-se que ocorrem mudanças de concepções sobre os modos de lidar com o uso dos recursos naturais da Amazônia e com as populações tradicionais.

Nesse sentido, uma das ações ocorridas, e que permitiu mudanças nessa região, foi a luta do movimento dos seringueiros, na década de 1980, que teve como lideranças, mais conhecidas, Chico Mendes e Wilson Pinheiro, no Estado do Acre; Pedro Ramos, no Estado do Amapá; e Dona Raimunda Quebradeira de Coco, no Estado do Tocantins, entre outras, que contribuíram na defesa dos direitos dos povos da Amazônia, bem como para a garantia de seus territórios. Na década de 1980, época em que formulou o conceito de desenvolvimento sustentável que originou o documento intitulado Relatório Nosso Futuro Comum, entrou em destaque uma nova forma de usar os recursos naturais e os territórios, principalmente, da Amazônia, tendo em vista que esse conceito orientou as discussões ambientais no Brasil. Este documento apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele capaz de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, sem comprometer as futuras gerações. Em 1990, foram criadas, no Brasil, as primeiras Reservas Extrativistas.

Conforme explana Allegretti (2008, p. 2) a criação das Resex's foi, principalmente, a concretização das propostas dos seringueiros por meio de uma política pública específica de "Reforma Agrária" e proteção dos territórios e recursos naturais para as populações que moravam e utilizavam esses espaços. Este fato é fruto de um processo de mobilização social ocorrido na Amazônia Brasileira entre as décadas de 1980 a 1990. Nesta ação de mobilização social têm-se, como principais atores sociais, os seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros e quebradeiras de coco babaçu. Estes, de acordo com Allegretti (2008: p02) "são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência".

Nesse sentido, as Resex's têm um papel fundamental de minimizar a degradação do meio ambiente e diminuir o processo de exclusão de determinados grupos da sociedade, além de garantir o território para uso desses grupos. No bojo das políticas públicas ambientais, as Reservas Extrativistas estão no grupo das Unidades de Conservação de Uso Susten-

tável, são caracterizadas como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público com uso concedido às populações tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito Real do Uso (CCDRU), que permite o uso sustentável dos recursos naturais por esses atores.

A Reserva Extrativista, como um tipo específico de Unidade de Conservação (UC), foi regulamentada pelo Presidente da República José Sarney por meio do Decreto no. 98.897, de 30 de janeiro de 1990, tendo como órgão gestor o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de agosto de 2007, esta função foi assumida pelo ICMBio. Até junho de 2015 existiam, no Brasil, 62 Reservas Extrativistas Federais, dentre elas, terrestres e marinhas. Deste total, aproximadamente 80% estão localizadas na Região Amazônica (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, 2015).

Para entender esse processo de criação de Resex e como ocorre as transformações no cotidiano das famílias envolvidas nessas disputas entorno da criação de uma Reserva Extrativista, escolheu-se a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins, por acreditar que ali seria um lócus privilegiado de disputa entorno de criação de Resex e nas transformações ocorridas na vida das populações tradicionais envolvidas na criação de tal território, buscando, portanto, identificar as mudanças nos modos de vida desta população que tem relação com a Resex do Extremo Norte, bem como os conflitos ocasionados em virtude desse processo.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada junto às famílias extrativistas que têm relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. Criada no dia 20 de maio de 1992, com extensão territorial de 9.280 hectares, a Resex está localizada nos municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio, no Estado do Tocantins. Geograficamente, estes municípios compõem a região do Bico do Papagaio e o território da Amazônia Brasileira. A escolha desta reserva justifica-se em razão de ser a única UC,

no âmbito federal, localizada no território do Bico do Papagaio, região com intensos conflitos por terra entre as décadas de 1950 a 1990.

No ano de 2014, foram identificadas 237 famílias, com uma população de 893 pessoas (UFV/ICMBio, 2014). Essas famílias residem em um dos quatro povoados que estão no entorno desta UC: Povoado Centro do Firmino (zona rural do município de Carrasco Bonito), Povoado Centro do Ferreira (zona rural do município de Buriti do Tocantins), Povoado Cacheado (zona rural do município de Sampaio), Povoado Vinte Mil (zona rural do município de Carrasco Bonito), bem como na sede municipal de Carrasco Bonito.

Do ponto de vista das estratégias de pesquisa, foi necessário aplicar um conjunto de técnicas para a coleta dos dados que se dividiu em três fases. A primeira fase foi dedicada à pesquisa bibliográfica e ao levantamento de dados secundários.

Já na segunda fase foi realizado o trabalho de campo, que consistiu em dois momentos. O primeiro foi o pré-campo, que aconteceu durante o “2º Seminário para Apresentações dos Resultados Preliminares do Cadastro e Diagnóstico Socioprodutivo em Unidades de Conservação”, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2014. Na ocasião, foi possível entrevistar três pessoas ligadas a esta Unidade de Conservação: o analista do ICMBio que era responsável pela Resex; uma liderança que, na época, era presidente da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT); e uma liderança do Povoado Centro do Ferreira. Por meio das informações coletadas, foi possível realizar o planejamento do trabalho de campo nesta Unidade de Conservação.

Posteriormente a este planejamento, foi realizado o trabalho de campo entre os dias 27 de outubro a 2 de novembro de 2014, com a aplicação de 14 entrevistas semiestruturadas junto às famílias da Resex do Extremo Norte. Além desse instrumento de coleta de dados, as conversas informais realizadas com outras famílias desta UC também serviram de suporte para o entendimento da realidade a qual era estudada.

Por fim, a última fase consistiu na análise dos dados do questionário do Banco de Dados da UFV/ICMBio referente a esta UC em estudo. Este

questionário foi aplicado em uma amostra de 143 famílias, em um universo de 237 famílias, o que corresponde a 60% das famílias da Resex do Extremo Norte. O período no qual ocorreu este trabalho foi entre os dias 27 de outubro a 2 de novembro de 2014. Cabe destacar que a pesquisadora também participou da coleta desses dados, o que permitiu um conhecimento mais detalhado da realidade das famílias que têm relação com a Resex do Extremo Norte, uma vez que o questionário retrata discussões que englobam vários assuntos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a discussão sobre as transformações ocorridas na vida das populações tradicionais que têm relação com a Resex do Extremo Norte a partir da criação desta UC, é necessário deixar claro que passados 22 anos de sua criação, a efetivação de fato não ocorreu e a solução para isso apresenta um cenário distante de resolver, ou seja, as famílias ainda não têm a garantia ao acesso deste território e à exploração do extrativismo do babaçu, o que tem trazido um cenário de incertezas e descrença por parte dessa população tradicional.

Diante dos dados da pesquisa foi possível verificar que o babaçu é o elemento que dá identidade aos extrativistas desta Resex e que define como essas famílias têm relação com esse território criado pelo Estado em 1992.

Nesse sentido, foi identificada que uma das principais transformações ocorridas na vida desta população foi em relação ao extrativismo do babaçu. Essas mudanças estiveram associadas principalmente em função das dificuldades impostas pelos fazendeiros para usar esse recurso natural, ou seja, para elas, as palmeiras representam garantia alimentar, renda e moradia (taipa), ao passo que, para os fazendeiros, essas árvores apresentam-se como um problema para a expansão da atividade pecuária em suas propriedades, principalmente, a partir da criação da Resex do Extremo Norte.

Também vale ressaltar que mesmo com a estratégia criada por essas famílias, qual seja: a coleta do coco somente acontece em alguns trechos

da Resex, mas para isso é necessário transportar os frutos em animais de carga (jumento) ou bicicleta, porém, em ambos os casos, a quantidade coletada é pequena. Em casos raros, contratam um automóvel com carrocera para transportar maiores quantidades de cocos, mas, para isso, é necessário pagar uma taxa de R\$ 50,00, que, na percepção dos entrevistados, é um valor alto a se investir. Em razão dessas mudanças, as mulheres quebram coco em suas residências. Diante disso, a extração do babaçu reduziu-se quando comparada à quantidade de produção no período antes e depois da criação desta Unidade de Conservação, o que não significa que as famílias pararam de realizar o extrativismo deste recurso natural. Segundo um dos entrevistados desta pesquisa (2014), a redução da produção do coco ocorreu porque as famílias têm dificuldades para ter acesso aos babaçuais e, quando elas conseguem entrar nesses locais restritos, têm dificuldades na logística, uma vez que têm que coletar rapidamente os cocos e levá-los diretamente para quebrá-los em suas residências.

Pode-se perceber ainda que a floresta do babaçu que existia antes da criação da Resex, uma das razões da existência deste território, não se encontrava preservada no ano de 2014 em sua totalidade (quantidade de palmeiras), uma vez que partes destes babaçuais foram substituídas por áreas de pastagens, as quais se encontram em domínio dos fazendeiros para a execução da atividade da pecuária. Isto deixa evidente o descompasso da existência desta UC no que se refere à conservação ambiental das palmeiras de babaçu e à garantia da existência e do uso deste recurso natural para a população tradicional local. Na opinião dos entrevistados, caso não ocorra a regularização fundiária da área da Reserva nos próximos anos, as famílias não terão como extrair o babaçu, pois esse território será somente pasto, ou seja, não haverá mais babaçuais nesse local.

Além disso, foi possível verificar na pesquisa que a partir da criação desta Resex houve a intensificação dos conflitos ocasionados pela disputa do território desta UC entre população tradicional e fazendeiros (donos das terras da área da Reserva). Consequentemente, isso trouxe, como implicações, as restrições ao uso dos babaçuais, a redução da quantidade de frutos extraídos e as tensões entre extrativistas e fazendeiros.

Outra questão que deve-se colocar em pauta é que na época da criação desta Reserva Extrativista havia no seu território dois povoados (Vilinha e Centro do Gonçalves) que moravam 60 famílias. Além disso, dentro do território desta UC havia um posto de saúde que prestava serviços básicos de prevenção a doença e uma escola que alfabetizava apenas as crianças. Também havia uma estrada que, ligava os Povoados com o município de Carrasco Bonito, recebia manutenção frequente da prefeitura municipal.

No entanto, o que se percebe é que existe uma resistência em relação à efetividade desta Unidade de Conservação, uma situação promovida, principalmente, pelos fazendeiros e políticos locais. Ao longo desses anos, estes atores vêm ativamente lutando para a extinção do Decreto de criação da Reserva, além de outros mecanismos de intimidação junto às famílias como, por exemplo, a retirada das famílias que moravam nos povoados Centro do Gonçalves e Vilinha, localizados no interior da Resex do Extremo Norte. Uma vez que se comprovasse a inexistência de famílias que utilizavam a extração do babaçu, não haveria a necessidade de conservação dos babaçuais e, conseqüentemente, a existência desta Resex.

Assim sendo, o primeiro passo realizado por estes atores foi retirar os serviços básicos de educação e saúde dessas comunidades tradicionais e, ainda, parar de realizar a manutenção na estrada de acesso entre esses povoados e o município de Carrasco Bonito. Com a ausência desses serviços, algumas famílias mudaram-se daquele local, porém a maioria permaneceu em tais povoados. Por não terem sido todas as famílias que saíram das comunidades, os fazendeiros e os políticos destruíram e colocaram fogo nas casas, na escola e no posto de saúde, acabando com os dois povoados e expulsando violentamente essa população que residia na área da Reserva. Essas famílias, que foram expulsas de suas moradias, tiveram que migrar novamente para outro lugar, em alguns casos, para povoados que ficavam próximos ao local do território da Resex.

Além de ter realizado a expulsão das famílias, no decorrer dos 22 anos, os fazendeiros entraram com ações propondo ao Ministério Público Federal a extinção do Decreto de criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte e impediram por três vezes o trabalho de regularização fundiária do

IBAMA/ICMBio. Cabe ressaltar, novamente, que, até o momento da realização do trabalho de campo desta pesquisa, o Decreto de criação ainda não havia sido extinto e a Reserva existia “só no papel”.

Apesar disso, a existência da Resex do Extremo Norte trouxe alguns benefícios para as famílias, como: a implantação da Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins e os acessos aos Programas Governamentais, como o de Habitação das Quebradeiras de Coco e o Bolsa Verde.

A Usina, com sede no Povoado Vinte Mil, foi criada como estratégia para agregar valor e comercializar a produção do babaçu, além de gerar renda as famílias beneficiárias da Resex. Este empreendimento coletivo está diretamente ligado a uma conquista da ARENT, organização que representa os extrativistas desta UC. O beneficiamento das amêndoas do babaçu na Usina produz óleo e torta, que é a massa resultante da obtenção do primeiro produto.

Além da implantação da Usina, a existência desta UC concedeu melhores condições de habitações (casa de alvenaria) a 66% das famílias em virtude de terem acessado o Programa “Casas das Quebradeiras de Coco” e os projetos de habitação do Governo do Tocantins e das Prefeituras Municipais de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio (UFV/ICMBio, 2014), uma vez que, até por volta de 2005, as casas eram todas de taipa. Vale ressaltar que o Programa “Casas das Quebradeiras de Coco” era para ser a moradia permanente para as famílias beneficiárias da Resex do Extremo Norte. Mas, como o território desta UC não estava regularizado e não poderia construir as casas neste local, as residências foram construídas em outros locais na região.

Outra política pública que tem mostrado para as famílias que há um significado em relação à existência desta UC é o acesso ao Programa Bolsa Verde. Além de ser um complemento de R\$ 300,00 na renda familiar trimestralmente, algumas famílias acreditam que o acesso a esta política tem a sua importância em relação às responsabilidades dos mesmos em conservar o meio ambiente na Reserva da qual são beneficiários. De acordo com os dados do Ministério do Meio Ambiente, até março de 2015,

aproximadamente 33% das famílias desta UC eram beneficiárias de tal programa.

Portanto, diante dessas transformações ocorridas, avalia-se que, se o processo de implantação desta política pública (Reserva Extrativista do Extremo Norte) fosse concluído, os extrativistas teriam mais benefícios, principalmente, o acesso a terra e aos seus recursos naturais. Como não foi concluído este processo, o que se percebe é que as famílias ainda convivem com os conflitos fundiários e ambientais, o que acarreta, conforme mencionado, principalmente, a restrição da extração do babaçu. Todavia, algumas políticas públicas como de habitação e transferência de renda são acessadas por esta população, o que proporciona que sejam beneficiados pelo fato da existência desta UC, o que talvez possa ser considerado como um primeiro passo para a garantia de direitos dessa população estudada.

4. CONCLUSÕES

A partir das discussões realizadas, acredita-se que a população tradicional que tem relação com esta Resex em estudo deveria ter o direito de uso deste território e dos seus recursos naturais (principalmente, o babaçu). Entretanto, a Resex do Extremo Norte tem 22 anos de existência e, até então, o Estado não havia regularizado a questão fundiária, o que resultou no fato de que as famílias das quebradeiras de coco não têm a garantia de extração do babaçu e, tampouco, o acesso a terra do território desta UC.

Antes da criação da Resex, a população tradicional vivia do extrativismo do babaçu e de roçados. Com a criação desta UC, os fazendeiros expulsaram as famílias que moravam dentro do território da Reserva. Logo após a violenta expulsão, entraram com ação na justiça alegando a não existência de uma população que vivia do extrativismo do babaçu e solicitando a extinção do Decreto de criação deste território, pois, como havia diminuído consideravelmente o número de extrativistas, isso não justificaria que ocorresse a manutenção da Resex do Extremo Norte.

Percebe-se, então, que a não efetividade da atuação do Estado permitiu que as demandas existentes das populações tradicionais não fossem

atendidas. A falta de proximidade, de regulamentação e de controle da Resex criou algo que existe formalmente, mas distante da realidade, segundo confirmou-se nos relatos desta pesquisa. Se, por um lado, após a criação da Reserva foram construídas casas de alvenaria e distribuídas entre algumas famílias que ali moravam, também foi implantada a Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins (estratégia de comercialização para agregar valor na produção do babaçu e gerar renda às famílias beneficiárias da Reserva) e algumas famílias passaram a receber recursos financeiros do Programa Bolsa Verde. Por outro lado, intensificaram-se os conflitos entre fazendeiros e a população tradicional ali existente, levando à restrição, por parte dos fazendeiros, da extração do babaçu. Alguns fazendeiros ainda permitem a coleta do coco, entretanto, as dificuldades com o transporte fazem com que a quantidade extraída diminua bastante. A quebra nos babaçuais é totalmente proibida e as famílias têm de transportar os cocos inteiros, o que gera grandes volumes e custos com baixo retorno financeiro.

É importante enaltecer que a extração do babaçu é bastante relevante na vida desta população, uma vez que dele se obtém alimento, renda e, ainda, sua utilização na construção das casas ali existentes. Vale ressaltar ainda que, mesmo com as dificuldades impostas pelos fazendeiros, as famílias ainda continuam fazendo a extração do babaçu, porém em menor quantidade.

Desta maneira, o que se percebe é que esses anos de indefinição da efetivação da Resex do Extremo Norte têm trazido consigo diversos problemas, uma vez que a falta de regulamentação e fiscalização suficiente permite o aumento do desmatamento dos babaçuais para a expansão da pecuária. Além disso, deixa uma importante fonte de renda nas mãos dos fazendeiros em detrimento das famílias tradicionais. A fiscalização de cerca de 9.280 hectares é realizada por um único funcionário do ICMBio e isso acontece desde de 2007, pois antes não existia sequer algum servidor responsável pelos trabalhos nesta Unidade de Conservação. Já a regulamentação ineficaz se dá através da inexistência de regimento específico que delimite data, local e forma para o uso deste território. Outro fator

relevante é a falta de conhecimento dos direitos adquiridos por parte da população tradicional, o que facilita a postergação da solução por parte dos fazendeiros interessados. Além disso, o apadrinhamento político destes fazendeiros faz com que o processo de desapropriação das terras não saia do papel. Por três oportunidades tentaram dar andamento ao processo de desapropriação e, em função de manobras dos interessados, tal processo foi paralisado.

A atuação do Estado é paradoxal, ora fica do lado dos fazendeiros e não resolve a regularização fundiária da área da Reserva, deixando de lado esta situação vivida pelos extrativistas, ora executa o papel de regulador do conflito, fiscaliza o território desta UC e acua os fazendeiros com advertências e multas àqueles que não fazem o uso ambientalmente correto das propriedades. Percebe-se, por isso, que cabe ao Estado a resolução do conflito por ele enaltecido, decidindo, finalmente, qual a melhor posição a tomar. Ao persistir a indecisão vigente por parte do Estado, os entraves da solução estão diariamente se entranhando nos atores sociais envolvidos. Sejam nos fazendeiros, que diariamente investem em seus negócios (pecuária) nessa área, sejam nas populações tradicionais que veem o território perdendo seus babaçuais. Por isso, a demora por parte do Estado em resolver o conflito só o fortalece e dificulta sua definitiva solução.

Portanto, há necessidade de planejamento e execução da política pública ambiental (efetivação da Resex do Extremo Norte) e, caso isso não ocorra, há o risco de que a situação, indefinida como se encontra, possa modificar os hábitos e modos de vida dessa população tradicional, que vive, principalmente, do extrativismo do babaçu. Ademais, pode ser que, em um futuro próximo, não haja mais babaçuais neste local, em razão da expansão da pecuária nesta área da Reserva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, 2008.

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de. *Documento Final da Caracterização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009. 108 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Reservas Extrativistas*. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-extrativista>>. (Acesso em: 01/06/2015)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Programa Bolsa Verde*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>. (Acesso em: 07/05/2015)

UFV/ICMBio. *Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais*. Viçosa-Brasília, 2014.

Agência Financiadora da Pesquisa: CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Banca: Marcelo Leles Romarco de Oliveira, José Ambrósio Ferreira Neto, Carlos Antônio Moreira Leite.